

TERRITORIALIDADE DAS CATADORAS DE MANGABA NO LITORAL SUL DE SERGIPE

RESUMO

O estudo tece um debate sobre a territorialidade das catadoras de mangaba do litoral sul sergipano. A metodologia esteve embasada nos métodos de análise integrada da paisagem e fenomenológico, que por meio de levantamento bibliográfico e pesquisa de campo possibilitou a leitura do espaço geográfico sobre um plano de atributos físicos e enquanto espaço das experiências vividas. A participação da mulher no extrativismo da mangaba é dominante, pois esta integra todas as etapas da atividade (da coleta a comercialização). Entretanto, o seu trabalho é visto como complementar mesmo constituindo uma parcela significativa da renda familiar. As catadoras de mangaba enfrentam uma dupla invisibilidade: face ao ambiente (ser tradicional) e face ao gênero (ser mulher). Porém, essa mulher se faz rebelde ao construir uma identidade específica na sua territorialidade; ao se afirmar no território se fortalece e disputa o poder que lhes é negado.

Palavras - chave: Territorialidade. Trabalho feminino. Mangaba.

RESUMEN

El estudio debate sobre la territorialidad de los recolectores mangaba costa sur de Sergipe. La metodología se basa en los métodos de análisis integradas al paisaje y fenomenológico, que a través de la literatura y el campo de la investigación permitió a la lectura del espacio geográfico sobre un plan de atributos físicos y como un espacio de experiencias. La participación de la mujer en la extracción de mangaba es dominante, ya que integra todas las etapas de la actividad (desde la recolección hasta la comercialización). Sin embargo, su trabajo es visto como complementario aun constituyendo una parte importante de los ingresos familiares. Los recolectores de mangaba enfrentan una doble invisibilidad: hacia el medio ambiente (es tradicional) y se enfrentan a (ser mujer) entre los géneros. Pero esta mujer es rebelde en la construcción de una identidad específica en su territorialidad; afirmar las fortalezas territorio y disputar el poder que se les niega.

Palabras - clave: La territorialidad. Trabajo de las mujeres. Mangaba.

ABSTRACT

The study constructs a debate on the territoriality pickers of mangaba in Sergipe's south coast. The methodology was grounded in the integrated analysis methods of the landscape and phenomenological, that through literature and field research enabled the reading of geographical space through on a plan of physical attributes and as an area of experiences. The women's participation in extraction of mangaba is dominant, since it integrates all stages of activity (from collection to marketing). However, their work is seen as complementary even constituting a significant portion of family income. The female pickers of mangaba faces a double invisibility: towards the environment (being traditional) and in face of gender (being a woman). But this women make yourself rebellious when builds a specific identity in its territoriality; when reinforces yourself in the territory, strengthens and dispute the power that is been denied to her.

Keywords: Territoriality. Women's work. Mangaba.

ELINE ALMEIDA SANTOS

Mestre em Geografia

Doutoranda pela Universidade Federal de Sergipe - UFS

Membro do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial- GEOPLAN – UFS
Bolsista FAPITEC
elinegeo@hotmail.com

ROSEMERI MELO E SOUZA

Pós-Doutora em Biogeografia pela The University of Queensland, Austrália
Professora Associada do Departamento de Engenharia Ambiental e da Pós-Graduação em Geografia e em Desenvolvimento e Meio Ambiente - UFS

Líder do GEOPLAN - UFS
rome@ufs.br

INTRODUÇÃO

As catadoras de mangaba correspondem ao grupo tradicional que desenvolve a atividade extrativista em áreas de tabuleiros costeiros, restingas e cerrados do Brasil; cujo modo de vida está assentado em práticas que envolvem a utilização de instrumentos rudimentares e a ligação simbiótica com o ambiente. Relação caracterizada também pela construção de saberes que são delineados no cotidiano.

O grupo de catadoras de Sergipe é formado, predominantemente, por mulheres negras e pobres. Mulheres que desenvolvem as atividades em terra devolutas ou de terceiros e, no entanto na sua maioria nunca tiveram a posse da terra onde coletam os recursos naturais. Além disso, desenvolvem outras atividades em paralelo ao extrativismo da mangaba (pesca, criação de animais e artesanato) e tem contribuído para a conservação dos remanescentes dessa cultura.

As catadoras de mangaba de Sergipe passaram a ser evidenciadas nas discussões acadêmicas e institucionais a partir de 2003 quando uma equipe da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) iniciou um trabalho que objetivava o mapeamento dos remanescentes de mangabeiras no Norte e Nordeste do Brasil (MOTA, 2007, 2011; SANTOS, 2007; JESUS, 2010; SOUZA; COSTA, 2011; ROCHA, 2012).

Diante da constatação dessas mulheres enquanto um novo tipo de população tradicional: catadoras de mangaba e produtos do manguezal; enquanto sujeitos da sua história, em 2007 passam a se organizar criando o Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM) em Sergipe.

O MCM/SE surgiu durante o I Encontro das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe (VIEIRA; RODRIGUES, 2009), realizado em Aracaju e que contou com a presença de 100 participantes (83 mulheres), dentre eles catadoras de mangaba, uma liderança de coco babaçu do Maranhão, pesquisadores e técnicos da Embrapa e do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que tiveram como objetivo reunir as catadoras de mangaba para entender os aspectos sociais e ambientais da atividade extrativista, assim como as ameaças recentes ao seu exercício e organizá-la coletivamente.

As principais ameaças que esse grupo vem enfrentando são decorrentes da intensa exploração dos recursos naturais, do plantio da cana-de-açúcar, do eucalipto e do coco, da especulação imobiliária, da construção de infraestruturas turísticas, da carcinicultura, do desmatamento de campos nativos e do cercamento de terras. Ações que têm contribuído para a diminuição das mangabeiras e pondo em risco de extinção a reprodução social deste grupo.

Os encontros organizados tanto pela Embrapa quanto pelas catadoras e a formação do MCM/SE foram relevantes para que estas se reconhecessem catadoras de mangaba e para elaboração de cartas com reivindicações acerca de melhores condições de trabalho, capacitação e acesso a terra, direcionadas ao Ministério Público Federal de Sergipe (MPF/SE), para que se posicionasse frente as suas demandas.

O MPF/SE convidou algumas instituições (Emdagro¹, INCRA, ICMBio², Secretaria Estadual de Inclusão Social, Universidade Federal de Sergipe, dentre outras) para que apresentassem propostas em atendimento as demandas das catadoras de mangaba. Diante das demandas, as instituições passaram a intervir diretamente nas comunidades, orientando na emissão das DAP's (Declaração de Aptidão de Agricultura Familiar) para a participação no PAA (Programa de Aquisição de Alimento); discutindo a pauta das comunidades tradicionais, reserva extrativista; e inserindo-as no projeto Geração de Renda e Segurança Alimentar e Nutricional.

Destarte, as catadoras de mangaba se organizaram e passaram a reagir, tornando-se atores visíveis na luta pela manutenção do seu modo de vida e integrantes em importantes

¹ Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

² Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

redes nacionais, a exemplo da CNPT (Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais) e da CONFREM (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas).

A participação das catadoras de mangaba nas redes representa importante oportunidade para o crescimento de uma política afirmativa relacionadas às populações tradicionais em nível nacional (MOTA et al, 2011).

Ainda referente à ação dessas mulheres enquanto grupo organizado, em 2009 se inseriram na luta junto aos pescadores pela Reserva Extrativista da região sul de Sergipe (luta que se estende desde 2005). Foram, também, reconhecidas como grupo culturalmente diferenciado através do Projeto de Lei 7.082/2010. Nessa mesma época, o grupo deliberou propostas para compor o projeto “*Catadoras de mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe*” submetido ao edital público do Programa Petrobras de Desenvolvimento & Cidadania. Este foi concedido até o primeiro semestre de 2015, sendo realizado pela ASCAMAI (Associação das Catadoras de Mangaba e Indiaroba) em parceria com a Universidade Federal de Sergipe e com o apoio do MCM.

A visibilidade das catadoras de mangaba foi expressiva para sua participação em espaços públicos, em redes nacionais como já apresentado. Porém, essa visibilidade acabou reforçando alguns adversários.

[...] Enquanto a organização das catadoras aumentou, cresceu também significativamente a ação de proprietários de terra no sentido de cercar áreas, proibir a entrada antes considerada livre, cortar as árvores em vários casos e lotear áreas com ocorrência de mangabeiras (MOTA et al, 2011, p. 275).

A atividade extrativista da mangaba é desenvolvida, maiormente por mulheres integrando todas as etapas da atividade, desde o acesso a planta até a comercialização. Entretanto, o seu trabalho é visto como complementar mesmo constituindo uma parcela significativa da renda familiar.

Diante desse quadro, o presente artigo tece um debate sobre a territorialidade das catadoras de mangaba no litoral sul de Sergipe, especificamente no Povoado Pontal, destacando a organização do trabalho feminino e suas demandas.

O estudo em desenvolvimento está pautado nos métodos de análise integrada da paisagem (abordagem sistêmica da paisagem) e fenomenológico, pois possibilitam a leitura do espaço geográfico por meio das dinâmicas socioeconômicas sobre um plano de atributos e elementos físicos e enquanto espaço das experiências vividas.

Os procedimentos metodológicos utilizados englobam levantamento bibliográfico e pesquisa de campo (observação, registro fotográfico e aplicação de entrevistas) enfatizando os processos inerentes ao trabalho das mulheres extrativistas.

O artigo está estruturado em três seções, além desta introdução. A primeira seção apresenta um panorama do extrativismo no Nordeste com destaque para Sergipe. A segunda seção enfatiza a questão de gênero no desenvolvimento da atividade extrativista. Enquanto, a terceira seção aborda a espacialidade das catadoras de mangaba delineada através da organização do trabalho, dos pontos de coleta, dos saberes, da territorialidade configurada no processo de constituição do território. As considerações finais constituem a quarta seção e enfatiza o debate do trabalho feminino enquanto meio de luta para existência de justiça social.

A relevância da temática está no fato de tornar visível na esfera acadêmica e administração pública grupos que estão à margem dos estudos e das políticas públicas; destacar o trabalho de mulheres que quase nunca é valorizado e contribuir para o fortalecimento da luta destas no que tange a garantia dos direitos que lhes são inerentes.

“DOS TABULEIROS E DAS RESTINGAS”: CARACTERIZAÇÃO DO EXTRATIVISMO DA MANGABA EM SERGIPE

A mangabeira (*Hancornia speciosa* Gomes) é uma árvore nativa do Brasil, de médio porte, medindo de 4 a 5 metros, mas que pode chegar a 10 metros de altura. Ocorre naturalmente em locais de vegetação aberta associado ao bioma caatinga e cerrado, também é encontrada nos tabuleiros costeiros e baixada litorânea do Nordeste. No Nordeste se desenvolve em solos de baixa fertilidade natural, ácidos, profundos e de textura arenosa.

Palavra de origem tupi-guarani, mangaba significa *coisa boa de comer*. É um fruto saboroso e nutritivo, podendo ser consumido *in natura* e processado sob a forma de polpa, sorvete, licor, geleia, bolo, biscoito e doce. Possui uma boa aceitação comercial no Nordeste, sendo utilizada principalmente na fabricação de polpas, sorvetes e sucos.

A floração e frutificação da mangabeira diferem de um ano para o outro, entre as plantas de locais diferentes ou de um mesmo local. Entretanto, em Sergipe a produção está concentrada em dois períodos: *safra de verão* que corresponde aos meses de dezembro a abril e a *safra de inverno* que se estende de maio a julho.

Com base nos dados do IBGE (tabela 01), Sergipe é o estado com maior produção de mangaba do Brasil, acumulando no período analisado 4191 toneladas. Logo em seguida aparece Bahia (1429 toneladas), Paraíba (754 toneladas), Rio Grande do Norte (667 toneladas, oscilando com a Paraíba a posição de 4º produtor), Alagoas (240 toneladas), Minas Gerais (32 toneladas) e Maranhão (10 toneladas). Os dados corroboram a importância da mangaba na região Nordeste, uma vez que concentra os estados com maiores produções.

Tabela 01-Produção da mangaba em toneladas - Brasil (2004-2013)

Estado	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Acumulado no período
Brasil	790	811	824	773	711	699	722	680	677	639	7326
SE	509	497	520	436	397	386	401	351	367	327	4191
BA	169	163	170	172	142	138	142	128	105	100	1429
PB	0	48	49	96	99	100	99	79	89	95	754
RN	76	79	71	55	60	37	44	85	79	81	667
AL	31	19	9	8	8	32	33	34	33	33	240
MG	5	5	6	4	4	4	1	1	1	1	32
MA	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	10

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2004-2013.

Organização: SANTOS, 2015.

NOTA: Atribui-se zero aos valores do estado onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida.

O estado da Paraíba teve sua produção bastante afetada devido ao corte da mangabeira para a plantação de cana-de-açúcar. De acordo com Mota et al (2011, p. 71) o seu reaparecimento nas estatísticas de produção deve ser atribuído as áreas de cultivo incentivadas pela Emepa (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba) e aos poucos fragmentos naturais preservados. Processo semelhante de devastação sucedeu no Rio Grande do Norte e em Alagoas. No estado de Minas Gerais ocorreu a redução devido à produção extensiva no cerrado. Os autores destacam ainda que o crescimento das cidades também colaborou para a redução das áreas de produção, a exemplo de Porto Seguro na Bahia.

Mesmo se destacando como maior produtor, Sergipe apresenta uma produção decrescente equivalente ao panorama brasileiro. Isso ocorre em virtude da crescente demanda pela mangaba no mercado nacional que tem contribuído com o extrativismo exploratório e a devastação das áreas naturais, conforme apresentado anteriormente.

De acordo com Lima e Scariot (2010), dos frutos comercializados em Sergipe, 90% provém de áreas nativas nas quais populações tradicionais desenvolvem o extrativismo há séculos. No estado cerca de 2500 famílias correspondendo a 7500 pessoas sobrevivem da extração de recursos naturais locais. O extrativismo da mangaba tem uma importância social e econômica para essas populações, uma vez que é relevante para a segurança alimentar desse grupo e responsável por 60% dos seus rendimentos anuais. Apesar da sua importância socioeconômica e de ser reconhecida como árvore símbolo do estado pelo decreto nº 12.723/1992 a mangabeira não tem proteção legal que proíba o corte e que possibilite o livre acesso das extrativistas nas áreas de ocorrência.

No tocante a participação municipal no total produzido em Sergipe, os municípios do litoral sul se destacaram em 2013, sendo responsáveis por 234 toneladas no período (Tabela 02). Isto evidencia a presença considerável de indivíduos nestas localidades que têm o extrativismo como principal meio de subsistência.

Tabela 02- Produção anual da mangaba nos municípios do Litoral Sul Sergipano

Estado/Município	Produção em toneladas
Sergipe	327
Itaporanga D'Ajuda	154
Estância	39
Indiaroba	32
Santa Luzia do Itanhy	9

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura, 2013.
Organização: SANTOS, 2015.

Conforme apresentado, a conservação da mangabeira tem sido difícil em decorrência da devastação dos ecossistemas que tem colaborado com a diminuição do número de plantas silvestres. Quadro que se configura como uma ameaça para o trabalho das mulheres catadoras de mangaba no litoral sergipano e que coaduna com as idéias de Homma (1990), da inevitável extinção do extrativismo. Ele atesta que a atividade extrativista evolui em três fases distintas: expansão, estagnação e declínio. Dentre as causas endógenas que levam ao desaparecimento da atividade extrativa estão: 1) aquelas inerentes à extração do recurso em si, dado o desequilíbrio na taxa de regeneração; 2) o processo de domesticação; e 3) o desenvolvimento de substitutos industriais, dada a incapacidade do setor extrativo em atender à demanda crescente. O estudo aponta também variáveis exógenas ao processo extrativo: a expansão da fronteira agrícola e o crescimento populacional que, por requererem maior demanda de terras, destroem a base extrativa, independentemente de sua rentabilidade.

Alicerçado nas idéias de Homma (1990) quanto às causas endógenas observa-se em Sergipe a intensiva exploração dos recursos e encaminhamentos técnicos para o desenvolvimento de pomares comerciais (domesticação da espécie). Acerca da domesticação, instituições de pesquisa agrícola, como a EMEPA, Embrapa e EMDAGRO vêm realizando estudos com objetivo de verificar o comportamento da mangabeira e fomentar plantios comerciais, devido o seu potencial econômico (o volume ofertado não corresponde a demanda).

Mota; Schmitz; Júnior (2008) defendem o modelo de exploração pelas comunidades tradicionais como uma estratégia de conservação da biodiversidade e de modos de vida mais sustentáveis. Eles ressaltam que do ponto de vista da sustentabilidade dos agroecossistemas, o modelo de exploração pelas comunidades tradicionais não deve ser visto como única solução para o desenvolvimento agropecuário de uma nação, mas como uma estratégia que pode ser a mais adequada quando desenvolvida em determinados territórios.

Logo, a participação dos povos tradicionais contribui para a permanência da vegetação de restinga e para a continuidade da cultura e economia de subsistência.

TRABALHO DE MULHER? DESVELANDO GÊNERO NA ATIVIDADE EXTRATIVISTA DA MANGABA NO LITORAL SUL DE SERGIPE

ÁREA DE ESTUDO

O recorte espacial do estudo foi o Povoado Pontal (Figura 01), localizado no município de Indiaroba, microrregião de Estância, extremo sul de Sergipe. Pontal dista 17Km da sede municipal e 106Km da capital pela rodovia SE-100, trecho Pontal-Convento, fazendo fronteira ao norte com o povoado Terra Caída, ao sul com Preguiça, a oeste com Convento e a leste com o Rio Real.

O povoado Pontal está inserido no Litoral Sul sergipano (composto pelos municípios São Cristóvão, Itaporanga D' Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy e Indiaroba) e na Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Sul de Sergipe (criada em 1993 e juridicamente condicionada aos dispositivos de controles inerentes á sua condição de Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou de Uso Direto e Consultivo).

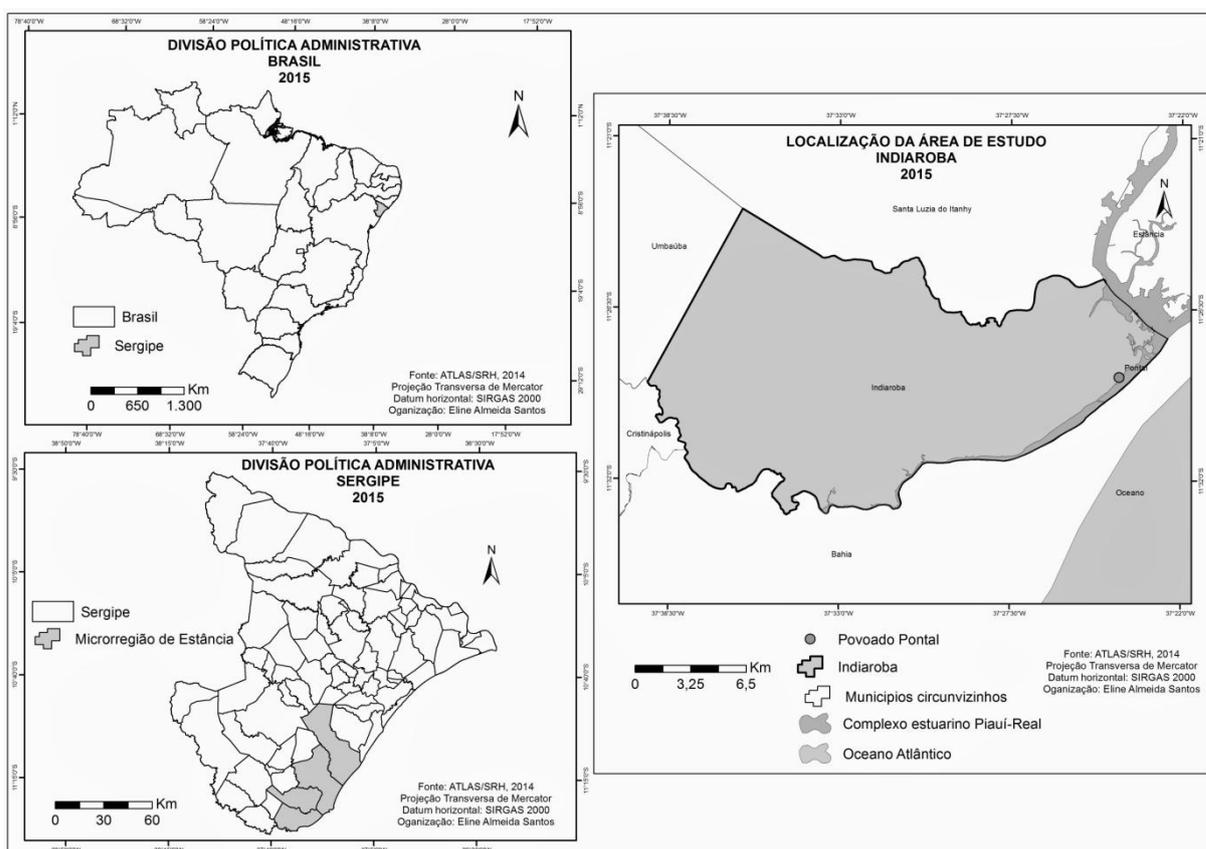


Figura 01- Localização da área de estudo

Pontal surgiu no início do século XIX e recebeu esse nome em virtude de se encontrar numa ponta de terra banhada do seu lado direito pelo rio Real e no lado esquerdo por um dos seus afluentes, o rio de Dentro (DANTAS, 2010, p. 30).

A população está estimada em 1040 habitantes (SIAB, 2014)³ cuja base de subsistência é o extrativismo, a agricultura e o turismo.

Por está localizado na divisa com a Bahia, Pontal tornou-se o melhor acesso para os turistas que desejam chegar a Mangue Seco (BA). A travessia ocorre pelo Rio Real por meio de embarcações que transportam além dos turistas, moradores locais, do Mangue Seco e do Coqueiro (BA). Devido ao grande fluxo de turista, incrementado pela construção da Ponte Gilberto Amado (que liga Estância a Indiaroba e encurta o trajeto Sergipe/Bahia), equipamentos turísticos foram criados como restaurantes, pousadas, estacionamentos e comércio de artesanato para atender a demanda crescente. Porém, alguns aspectos negativos podem ser observados nesse processo como o aumento de loteamentos que têm acelerado a degradação ambiental, dos preços no comércio local e do consumo e tráfico de drogas.

A comunidade está imbricada numa região de manguezais, cujas espécies encontradas são relevantes para a dieta nutricional local e renda dos residentes que praticam a pesca artesanal.

A exploração do manguezal na localidade em nível de comercialização iniciou na década de 1990 (DANTAS, 2010), tendo o caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) como principal espécie capturada e negociada. Hoje, além do caranguejo-uçá, o siri (*Callinectes exasperatus*), o aratu (*Goniopsis cruentata*), o sururu (*Mytella guyanensis*) e a ostra (*Crassostrea rhizophorae*) são vendidos na comunidade e em feiras livres de municípios vizinhos.

Na comunidade, espécies de peixes, como o robalo (*Centropomus* spp.), a tainha (*Mugil curema*), o curimã (*Mugil* spp.) são extraídas no Rio Real por pescadores que utilizam redes e canoas motorizadas.

O extrativismo da mangaba tem colaborado positivamente para a composição da renda das famílias locais. Com a participação expressiva de mulheres, com base produtiva familiar e delineada nas relações de parentesco, a prática da atividade por essas populações tem sido responsável pela conservação das mangabeiras.

Pelo fato do extrativismo contribuir, mormente para a economia local e as mulheres terem participação singular neste processo é que Pontal foi selecionado como recorte espacial para a compreensão da estruturação do trabalho de homens e mulheres nas atividades, assim como para o entendimento da organização social, política e econômica das mulheres de base artesanal.

GÊNERO E EXTRATIVISMO DA MANGABA EM PONTAL

Na maior parte dos grupos que praticam o extrativismo o marco da divisão do trabalho é forte: os homens realizam a pesca no mar e a colheita de coco ao passo que o extrativismo da mangaba, a pesca nas proximidades do mangue e o artesanato caracterizam-se como atividades femininas.

A divisão do trabalho representa “a construção social de um espaço dito como inerente a mulher, cujos traços determinam toda posição desigual da sociedade” (CRUZ, 2005, p.40). Assim, a divisão do trabalho explicita as relações de gênero.

O gênero corresponde aos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade; mecanismo que naturaliza a subordinação do feminino ao masculino.

As mulheres e os homens desempenham papéis diferenciados na sociedade e estes variam de acordo com a localidade e aspectos culturais, como enfatiza Rocha (2010, p. 28) ao afirmar que enquanto os homens estão, em sua maioria, vinculados culturalmente ao setor produtivo, relativo à produção de bens e serviço, a sociedade e a cultura atribuem à mulher o

³ Sistema de Informação da Atenção Básica vinculado ao Departamento de Atenção Básica/Secretaria de Atenção à Saúde, em conjunto com o Departamento de Informação e Informática do SUS/Datasus/SE.

papel materno, reforçando os vínculos biológicos que criam significados simbólicos de proximidade da natureza.

Com base nestes pressupostos é que foi delineada a leitura do trabalho feminino no extrativismo da mangaba na comunidade Pontal.

Em Pontal é evidente a participação da mulher em todas as etapas do extrativismo da mangaba (coleta, pós-coleta e comercialização). Ponto positivo para a busca de autonomia desta que mesmo sendo responsável por uma parcela expressiva da renda doméstica ou até pelo provimento da família tem o seu trabalho representado como secundário, marginal.

Mota et al. (2011) afirmam que as explicações usuais para a posição de complementaridade do trabalho da mulher no extrativismo estão relacionadas com o fato da sazonalidade da safra; os baixos rendimentos, a ideia compartilhada de leveza do trabalho, a habilidade das mulheres e a inadequação dos movimentos de levantar e abaixar para os homens. Além de que com o extrativismo, a mulher consegue, simultaneamente, realizar os afazeres domésticos. Eles interpretam ainda a ideia de que caberia aos homens prover o sustento da família, e as mulheres complementá-lo. Disposição que legitima a supervalorização das atividades realizadas pelos homens, em detrimento daquelas realizadas pelas mulheres, minimizando o peso econômico dos recursos advindos do extrativismo, via trabalho das mulheres.

Bourdieu (1999) ao tecer um debate sobre a divisão sexual do trabalho apresenta que esta resulta de uma visão androcêntrica em que há uma prevalência do masculino sobre o feminino, destinando as atividades produtivas para os homens e as reprodutivas para as mulheres. Essa visão baseia-se, do mesmo modo, na reprodução biológica que atribui ao homem a visão social de virilidade e a mulher a visão social de submissão.

Mas, essa mulher se faz rebelde e luta pelo reconhecimento do seu trabalho junto à comunidade e aos gestores públicos. Essa luta tornou-se sólida e organizada a partir do MCM/SE que contribuiu para aumentar sua visibilidade no cenário local, estadual e nacional.

Hoje elas se denominam catadoras de mangaba, designação política e econômica para mulheres que se mobilizam em prol da sua reprodução enquanto grupo que desenvolve atividade nos moldes das comunidades tradicionais.

[...] catadoras de mangaba é uma categoria analítica, decorrente da “construção de uma tipologia, a partir da generalização de traços observados em distintas situações empíricas, [...], quanto ao manejo das plantas, analogia entre planta e corpo, os modos de socialização a partir da tradição oral, etc (MOTA et al., 2011, p. 117).

Diante do processo de mobilização, organização e afirmação da identidade, as catadoras do Pontal criaram em 2009 a primeira associação das mulheres extrativistas da mangaba em Sergipe, a ASCAMAI. Sem fins lucrativos a associação foi originada para organizar as catadoras coletivamente e fomentar ações ecologicamente sustentáveis e socialmente justas para a promoção do desenvolvimento socioeconômico.

A ASCAMAI é mais uma estratégia de luta destas mulheres que comparam a sua resistência a da mangabeira, que tem o poder de se recuperar diante dos impactos sofridos. Acentuam que são resistentes e defendem a continuidade da atividade e a garantia da sobrevivência da família.

Apesar das representações em torno da mulher (condição de subordinação, invisibilidade no setor produtivo, a baixa remuneração, entre outros), esta tem lutado pela equidade social, por saneamento básico, por um ambiente sustentável.

TERRITORIALIDADE E TRABALHO DAS MULHERES NO EXTRATIVISMO DA MANGABA EM PONTAL

O trabalho no extrativismo da mangaba é delineado a partir das relações que os indivíduos estabelecem entre si e entre o ambiente. Estes (re) configuram o espaço, transformando o ambiente através da exploração do recurso e das cadeias organizativas criadas para estruturação da atividade e permanência da sua existência enquanto grupo social.

A territorialidade torna-se então, um espaço de trabalho, um patrimônio capitalizado pelas extrativistas em sua luta cotidiana e com a tecnologia simples que dispõe, levando-o a crer numa posse por direito costumeiro de uso; a pleitear reconhecimento por parte de outros segmentos econômicos que buscam os ditos recursos comuns (FURTADO, 2003). Assim, a maneira como o grupo organiza e age no espaço constitui-se territorialidade.

Os grupos formados para o trabalho no extrativismo da mangaba são esboçados de acordo com relações de amizade e parentesco. Em grupo seja para a proteção⁴ ou para adquirir uma quantidade maior de frutos, as mulheres se deslocam para os pontos de coleta. Na maioria das vezes, caminham até a área das mangabeiras. Quando os pontos são distantes utilizam como meio de transporte canoas, carroças e carro. Devido à diminuição da mangaba, as catadoras relataram que têm período que atravessam o Rio Real em direção ao estado baiano, tendo que remar por 5 horas para chegar ao ponto de coleta.

Os pontos de coleta revelam as territorialidades marcadas nas “relações diárias momentâneas que homens e mulheres mantêm entre si, com a natureza interior e com a natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente” (SAQUET, 2010, p.128).

Na comunidade analisada, os pontos de coleta evidenciam o cotidiano de mulheres e revelam expressões da sua identidade estruturada fundadas “num contínuo processo estabelecido através de uma rede de relações sociais, construídas nas diferentes esferas do cotidiano” (CRUZ, 2005, p.49).

Para a retirada do fruto utilizam o gancho, produzido com uma vara e arame na extremidade. Às vezes sobem na árvore ou solicitam ao filho menor que o faça para que os galhos não sejam quebrados. O filho é responsável, também por recolher as mangabas do chão, por ser mais habilidoso e obter uma maior quantidade de frutos, contribuindo dessa maneira para aumentar a renda familiar (Figura 2).

As mulheres exercem um papel de destaque no que tange a socialização de seus filhos na atividade extrativista. Ramalho (2006) corrobora com tal proposição quando se refere à participação da mulher na pesca artesanal, afirmando que a mãe é aquela que cumpre as primeiras cerimônias de apresentação e integração dos filhos ao trabalho de pescaria. Logo, o processo de coleta dos frutos se revela como um espaço privilegiado de iniciação para o trabalho, particularmente para as meninas que se socializam nos papéis das suas mães (MOTA et al., 2011).

⁴ Elas relataram que é importante a presença masculina por questões de segurança, em virtude do aumento da violência.



Figura 02- Participação familiar no extrativismo da mangaba. Pontal/SE
Fonte: SANTOS, 2015.

As mulheres envolvidas ao extrativo da mangaba desempenham paralelamente a pesca (no mangue e estuário), assim como prestam serviços domésticos nas casas dos veranistas, desenvolvem trabalhos temporários voltados ao turismo, vendem doces nas proximidades do cais. Enfim, elaboram estratégias para a manutenção do provimento familiar, sobretudo na entressafra, período de menor produção das mangabeiras.

O período de maior coleta corresponde aos meses de verão, em que é extraída a mangaba de verão, considerada de qualidade superior por ser mais doce e sem manchas. No inverno tem-se a mangaba de cachorro, fruto que apresenta manchas e sabor amargo.

O uso e o manejo do ambiente pelas catadoras de mangaba são configurados mediante os saberes construídos na prática cotidiana. Estes saberes- igualmente denominados de conhecimento tradicional, de conhecimento tradicional ecológico e de etnoconhecimento (Diegues, 1999; 2007) - são transmitidos de geração a geração por intermédio da oralidade e observação. Ademais, contribuem para a organização social destes indivíduos.

No povoado Pontal, os saberes são percebidos, singularmente nos cuidados que as mulheres desenvolvem ao manejar a mangabeira, identificando os frutos propícios para colheita; ao manusear os galhos de forma que não quebrem; ao classificar as plantas e os frutos, entre outros.

No que tange ao acesso a mangabeira, na maioria das vezes ocorre em áreas livres (terras devolutas ou estatais), em áreas privadas de forma restrita em que os proprietários permitem a entrada das catadoras e em áreas privadas livres (sítios abandonados). Mas, também é realizado em áreas proibidas, sofrendo ameaças por parte dos proprietários e caseiros e tendo que deixar os frutos coletados quando surpreendidas.

O acesso aos recursos é um dos pontos de reivindicação das catadoras e pauta de luta para a implantação da RESEX Litoral Sul.

As catadoras classificam os frutos em dois tipos com base na maturação e na forma que foram colhidos: frutos “de caída” ou de queda (são os maduros e colhidos do solo) e “de vez” (são os que não completaram a fase de maturação e são colhidos da com o gancho).

Os frutos colhidos são preparados para o beneficiamento (pós-coleta), que consiste na separação, lavagem, secagem e armazenamento destes. Nesta etapa a catadora trabalha sozinha ou tem ajuda da família, com a participação esporádica do marido (figura 03).



Figura 03- Pós-coleta: lavagem e secagem da mangaba. Pontal/SE
Fonte: MARTINS, 2015.

A mangaba “de vez” ou mangaba de capote passa pelo processo de “encapotamento” que se constitui no seu acondicionamento em caixas ou bacias cobertas com folhas de papel, amêndoa ou saco plástico a fim de acelerar o processo de maturação (que ocorre aproximadamente em de 3 dias). Estes frutos geralmente são vendidos a atravessadores (do Povoado Convento e da comunidade), proprietários de fábricas de polpas (de Lagarto, Aracaju e Itabaiana), de pousadas em Mangue Seco, mercado e para a ASCAMAI.

O fruto de queda, geralmente é vendido no varejo em feiras livres (Estância, Itabaiana e Umbaúba) por encomenda, consumido como suco pela família ou comercializado na forma de geladinho para o complemento da renda familiar.

Há uma diferenciação no valor dos frutos pelo tipo e pela época de colheita. O valor dos frutos de queda é mais elevado em razão do sabor ser mais apurado e serem de melhor qualidade. Em relação à diferenciação do valor de acordo com época de colheita, na entressafra os preços são mais elevados por causa da baixa produção. As catadoras relataram que a caixa com 27 kg no período da safra é vendida por um valor entre R\$ 15, 00 e R\$ 20, 00 e o litro entre R\$ 1,00 e R\$3,00, enquanto que na entressafra os valores são reajustados e a caixa é comercializada por um preço que varia entre R\$ 50,00 e R\$ 60,00 e o litro entre R\$ 5,00 e R\$6,00.

Com a introdução da comunidade no projeto “*Catadoras de mangaba, gerando renda e tecendo vida em Sergipe*”, as mulheres envolvidas tiveram a oportunidade de aprimorar formas de beneficiamento dos frutos que eram vendidos com frequência *in natura*. Segundo as catadoras, o projeto contribuiu para o compartilhamento do trabalho coletivo no beneficiamento dos frutos, e, também para a partilha e discussões sobre a comunidade onde elas vivem. Além de possibilitar a valoração do produto a ser comercializado.

Na unidade de beneficiamento, a partir da oficina Noções de Boas Práticas e Segurança Alimentar e Nutricional, as mulheres tiveram a oportunidade de desenvolverem as receitas apreendidas dos seus antepassados (Figura 04). Hoje, elas produzem bolos, geléias, licores, biscoitos, torta, trufas, bombons, bala, compota, granola em três linhas de comercialização: frutos da restinga (alimentos produzidos à base de frutas da restinga sergipana- mangaba, cambuí, murici, araçá, cambucá), frutos de quintal (alimentos produzidos à base de frutas dos quintais produtivos das catadoras de mangaba- jaca, manga, caju) e frutos desidratados (alimentos desidratados com a tecnologia social do secador solar, sem aditivo de açúcares ou conservantes).



Figura 04- Unidade de beneficiamento em Pontal e produtos comercializados pelas catadoras de mangaba de Sergipe.

Fonte: MARTINS, 2015; <http://www.catadorasdemangaba.com.br>

Os recursos oriundos da comercialização dos frutos e produtos da mangaba são utilizados pelas catadoras para o pagamento das despesas (alimentação, vestuário, água, energia, móveis, material escolar), autenticando a tese que a mulher tem uma expressiva participação no provimento da família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O extrativismo, caracterizado como atividade de subsistência para as catadoras de mangaba do litoral sergipano, está inserido num cenário regulamentado pela economia de mercado que tem provocado transformações que tendem a alterar a formas de organização destes grupos.

Como apresentado no decorrer da discussão, os estudos sobre extrativismo são escassos e quando relacionado ao gênero a situação é ainda mais agravante. Não há interesse por parte de alguns pela discussão dos papéis estabelecidos por homens e mulheres na atividade. É preciso desconstruir este quadro para que haja a visibilidade das populações tradicionais e ampliação do debate em prol da justiça social e cidadania plena destes povos.

Em 2007 as catadoras de mangabas foram reconhecidas como população tradicional a partir da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Esse documento tornou-se relevante para a visibilidade destes povos nas discussões sobre populações tradicionais.

Os desafios ainda são muitos, mas essas mulheres vêm se organizando em torno do reconhecimento e melhoria das condições de vida, manutenção da atividade nos últimos. O MCM foi um grande avanço para a formação política e a construção da identidade das mulheres envolvidas nas atividades, bem como para as discussões em torno dos projetos que visam à manutenção e reprodução social do grupo.

A valorização da mangaba no cenário nacional provocou o interesse de homens em participar da atividade e o aumento das cercas que tendem a impedir a entrada daqueles que desenvolvem a atividade. Aliado a isso, as mulheres ainda enfrentam a construção simbólica e social de que o seu trabalho não é produtivo, mas marginal, secundário.

A complementaridade do trabalho feminino em comunidades tradicionais denota a construção social da invisibilidade da atuação mulher; a negação desta enquanto sujeito no espaço. Essa mulher enfrenta uma dupla invisibilidade: face ao ambiente (ser tradicional) e face ao gênero (ser mulher). Porém, se faz rebelde ao construir uma identidade específica na sua territorialidade; ao se afirmar no território se fortalece e disputa o poder que lhes é negado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- CRUZ, M. H. S. **Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade.** - São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2005.
- DANTAS, V. M. C. S. **Nas marés da vida: Histórias e saberes das mulheres marisqueiras.** 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)– Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- DIEGUES, A. C. (org). **Biodiversidade e comunidade tradicionais no Brasil.** São Paulo: NUPAUB-USP; PROBIO-MMA; CNPq, 1999.
- _____. **Cultura marítima, conhecimento e manejo Tradicionais na resex marinha do Arraial do Cabo.** São Paulo: NUPAUB-USP, 2007.
- FURTADO, L. G. Dinâmicas sociais e conflitos da pesca na Amazônia, IN: ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais do Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll. 2003, p. 57-71. Disponível em: <<http://www.museu-goeldi.br/.../Seminar%20conflitos%20IURP%202003.pdf>>. Acesso em: 10 ago.2009
- HOMMA, A. K. O. **A dinâmica do extrativismo vegetal na Amazônia: uma interpretação teórica.** Belém: EMBRAPA-CPATU, 1990.
- JESUS, Sonia Meire. A. de. **Relatório do Projeto Produção de saberes e práticas de trabalho das mulheres catadoras de mangaba de Sergipe.** Universidade Federal de Sergipe. Financiamento: CNPq. 43. p. São Cristóvão, 2010.
- LIMA, I. L. P.; SCARIOT, A. **Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável da Mangaba.** – Brasília: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2010.
- MOTA, D. M. da (Org.). **As catadoras de mangaba: problemas e reivindicações.** Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.
- MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; JÚNIOR, J. F. da S. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no nordeste brasileiro. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Rio de Janeiro, vol. 46, n.1. 2008, p. 121-143. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032008000100006&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jan. 2015.
- MOTA, D. M. da [et. al]. **A mangabeira, as catadoras, o extrativismo.** –Belém, PA: Embrapa Amazônia Tabuleiros Costeiros, 2011.

RAMALHO, C. W. N. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis: Campinas, SP: CERES (Centro de Estudos Rurais do IFCH-UNICAMP), 2006.

ROCHA, M. da S. P. **Mulheres, manguezais e a pesca no estuário do Rio Mamanguape, Paraíba.** 121f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)- Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

ROCHA, M. M. L. **Conflitos sociais pelo acesso aos recursos: o extrativismo da mangaba (*Hancornia speciosa* Gomes) no Povoado Pontal/Sergipe.** 2012. 135 f. Dissertação (Mestrado)- Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém. 2012.

SANTOS, J. V. dos. **O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (*Hancornia speciosa* Gomes) em Sergipe.** 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas)- Núcleo de Pós- Graduação em Estudos e Recursos Naturais, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. 2007.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** -2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, R.; COSTA, J. de J. Gênero e espaço na apropriação fitogeográfica de *hancornia speciosa* Gomes em Sergipe, Brasil. **Rev. Geogr. Acadêmica**, v.5, n.2, xii, 2011. Disponível em:

<<http://www.rga.ggf.br/index.php?journal=rga&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=176&path%5B%5D=102>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

VIEIRA, D. L. M.; RODRIGUES, R. F. A. (Org.). **Mapa do Extrativismo da mangaba em Sergipe: ameaças e demandas.** Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2009.